



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ**

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS  
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO  
EDITAL Nº 031/2018 - UNIFESSPA, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018**

**NÍVEL E (Nível Superior)  
REDATOR**

**13 de maio de 2018**

**Nome:** \_\_\_\_\_ **Nº de Inscrição:** \_\_\_\_\_

**BOLETIM DE QUESTÕES**

**LEIA COM MUITA ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES SEGUINTE.**

- 1 Este BOLETIM DE QUESTÕES contém 50 QUESTÕES OBJETIVAS, sendo Conhecimentos Básicos - 10 de Língua Portuguesa e 10 de Legislação, e 30 de Conhecimentos Específicos. Cada questão objetiva apresenta cinco alternativas, identificadas com as letras **(A), (B), (C), (D) e (E)**, das quais apenas uma é correta.
- 2 Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o CARTÃO-RESPOSTA.
- 3 É necessário conferir se a prova está completa e sem falhas, bem como se o seu nome e seu número de inscrição conferem com os dados contidos no CARTÃO-RESPOSTA. **Caso exista algum problema, comunique-o imediatamente ao fiscal de sala.**
- 4 Após a conferência, assine seu nome no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA.
- 5 A marcação do CARTÃO-RESPOSTA deve ser feita com **caneta esferográfica de tinta preta ou azul.**
- 6 O CARTÃO-RESPOSTA não pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou danificado de qualquer modo. Não é permitida a utilização de qualquer espécie de corretivo. O Cartão-Resposta somente será substituído caso contenha falha de impressão e/ou se os dados contidos no cartão não corresponderem aos seus.
- 7 O CARTÃO-RESPOSTA será o único documento considerado para a correção das provas objetivas.
- 8 O candidato deverá permanecer obrigatoriamente no local de realização da prova por, **no mínimo, 2 (duas) horas** após o início da prova.
- 9 Quando terminar a prova, devolva ao fiscal de sala todo o material relacionado no item 2 acima e assine a LISTA DE PRESENÇA. A assinatura do seu nome deve corresponder àquela que consta no seu documento de identificação.
- 10 Somente será permitido ao candidato levar o seu Boletim de Questões, ao deixar em definitivo a sala de provas no decurso dos **últimos 30 (trinta) minutos** que antecedem o término da prova.
- 11 O tempo disponível para a prova é de **quatro horas, com início às 14h30min e término às 18h30min**, observado o horário de Belém-PA. O candidato na condição de PcD que solicitou tempo adicional tem direito 1 (uma) hora além do tempo determinado para a prova.
- 12 Reserve os 30 minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no BOLETIM DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.

MARQUE A ÚNICA ALTERNATIVA CORRETA NAS QUESTÕES DE 1 A 50.

## LÍNGUA PORTUGUESA (CONHECIMENTOS BÁSICOS)

### Reencarnação

1 Em sua última vida (ao menos das que tivemos notícia), Peter Hulme era um simples funcionário  
2 de bingo em Birmingham, Inglaterra. No entanto, ele vivia às voltas com um sonho recorrente e dramático:  
3 nele, soldados que pareciam vindos do passado atacavam um castelo sempre inacessível. Hulme não  
4 nutria maior interesse por história e jurava não ter ideia da origem de suas visões. Em busca de uma  
5 resposta, nos anos 90, submeteu-se a sessões de hipnose. O resultado foi inusitado: concluiu que também  
6 tinha sido John Raphael, soldado escocês servindo a certo capitão Leverett na Escócia do século 17.

7 Parecia uma fantasia, mesmo porque inexistiam registros históricos de uma batalha na região e  
8 nas circunstâncias descritas por Hulme. Investigando por conta própria, ele e seu irmão Bob encontraram  
9 indícios da existência do castelo e, empolgados, resolveram viajar à Escócia em busca de provas. Contra  
10 todas as expectativas, recuperaram resquícios de batalha no local apontado por Hulme – e, mergulhando  
11 em documentos antiquíssimos, acharam documentos que comprovam a existência de um capitão Leverett  
12 e do próprio John Raphael. Com base nesses indícios, Peter Hulme afirmou até o fim da vida que suas  
13 memórias eram genuínas e ele era, de fato, a reencarnação de um soldado escocês. O caso de Hulme não  
14 está acima de dúvidas: historiadores apontam inconsistências e contradições nas memórias do suposto  
15 reencarnado. Mas o relato ilustra uma situação que ainda intriga a ciência: pessoas que juram recordar  
16 experiências de vidas passadas, em detalhes às vezes desconcertantes para os cientistas.

17 A ideia de uma consciência que sobrevive à morte e reencarna em novos corpos é quase tão antiga  
18 quanto a fé em divindades e surgiu de forma independente em inúmeras culturas ao redor do planeta. De  
19 todos os cantos do globo, encontrou na Ásia o terreno mais fértil. A ideia está tão arraigada nas crenças  
20 hinduístas e budistas que, em lugares como Índia e Sri Lanka, a reencarnação é vista como algo quase  
21 natural. Não é à toa que surgem de lá muito dos casos considerados mais sólidos pelos pesquisadores do  
22 tema – como o de Swarnlata Mishra, que desde os 3 anos recordava com riqueza de detalhes a vida de  
23 outra pessoa, chamada Biya e morta quase uma década antes.

24 A naturalidade com que Swarnlata tratava os integrantes de sua “outra” família, ao ponto de  
25 mencionar apelidos íntimos de gente que não conhecia pessoalmente, fez com que o caso virasse um  
26 clássico e deixa pesquisadores coçando a cabeça até hoje. Mesmo no mundo ocidental, uma boa parcela  
27 da população acredita em reencarnações, um interesse que aumentou em alguns países após o surgimento  
28 do espiritismo na França do século 19. Na Europa Ocidental, dados de 2006 apontam que 22% pensam  
29 que a reencarnação é uma realidade, enquanto nos EUA pesquisas falam em 20 a 25% de crença em vidas  
30 passadas. Nas cidades do Ocidente, em especial no Brasil, a doutrina espírita tem grande penetração, e  
31 manifestações religiosas recentes, como a cientologia, também levam as vidas passadas como parte de  
32 suas crenças.

33 A postura da ciência diante disso tudo é de ceticismo. A maioria dos cientistas trata os relatos de  
34 vidas passadas como frivolidades, frutos de autoindução ou fraudes. Além disso, não existe nenhum indício  
35 científico de que a “alma” exista ou de que ela possa sobreviver à morte do corpo (ela existiria de que forma  
36 entre uma encarnação e outra?). Mas é claro que alguns pesquisadores pensam diferente. Um dos mais  
37 destacados foi o psiquiatra Ian Stevenson, que dedicou mais de 40 anos ao estudo de quase 3 mil relatos  
38 de crianças ao redor do mundo. De acordo com Stevenson, a maioria das recordações infantis sobre vidas  
39 passadas envolve mortes violentas, com relatos iniciando entre 2 a 4 anos e quase sempre desaparecendo  
40 antes da adolescência. Ele também estudou sinais de nascença e tumores, dizendo que podiam relevar  
41 ferimentos sofridos em vidas anteriores. Em um estudo de 1992, Stevenson cita 49 casos onde foram  
42 localizados documentos médicos de pessoas que as crianças diziam ter sido em vidas anteriores. De  
43 acordo com o pesquisador, a correspondência entre ferimentos mortais e sinais físicos nos supostos  
44 reencarnados seria no mínimo satisfatória em 43 desses casos, 88% do total. No entanto, o próprio  
45 Stevenson admitia uma grave lacuna: seus estudos não mostram como seria possível uma consciência  
46 sobreviver à morte física e ingressar no corpo de outra pessoa. Seus livros são alvos de muitas críticas,  
47 que vão desde análise tendenciosa dos dados até uso de fontes não confiáveis, que já acreditavam em  
48 reencarnação antes dos supostos casos na família. Ou seja, não existiria evidência de reencarnação além  
49 de depoimentos dos próprios reencarnados ou de indícios que, mesmo intrigantes, podem ser meras  
50 coincidências.

51 Mas alguns aspectos de supostas vidas passadas ainda são desconcertantes para a ciência. É o  
52 caso, por exemplo, da xenoglossia, uma capacidade súbita que algumas pessoas manifestam de falar, com  
53 diferentes graus de fluência, línguas que deveriam desconhecer. Um dos casos mais marcantes é o de Iris  
54 Farczády, uma húngara de 16 anos que, no ano de 1933, passou a agir como uma espanhola de 41 anos  
55 chamada Lucía, morta anos antes. A suposta reencarnada esqueceu o húngaro natal e passou a falar  
56 espanhol fluente, nunca mais recuperando sua personalidade anterior. O caso está registrado no livro

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO  
EDITAL Nº 031/2018 – UNIFESSPA, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018

57 *Paranormal Experience and Survival of Death* (“Experiência paranormal e sobrevivência da morte”, sem  
58 tradução para o português), de Carl Becker, professor de ética médica da Universidade de Kyoto. Para a  
59 maioria dos cientistas, a história de Iris (ou Lucía) não passa de mais um caso de almanaque, mas há quem  
60 acredite que a comprovação científica da xenoglossia seria a prova definitiva de que a reencarnação é uma  
61 realidade. É viver (uma ou mais vezes) para crer.

NATUSCH, Igor. *Reencarnação. Dossiê Superinteressante - Sobrenatural: o lado oculto da realidade.*

Edição 383-A, dez. 2017.

- 1 O texto de Igor Natusch aborda a “reencarnação” sem, contudo, se comprometer com a sua existência. Verifica-se esse fato em trechos como
- (A) “*Hulme não nutria maior interesse por história e jurava não ter ideia da origem de suas visões.*” (linhas 3 e 4)  
(B) “*De todos os cantos do globo, encontrou na Ásia o terreno mais fértil.*” (linhas 18 e 19)  
(C) “*Mesmo no mundo ocidental, uma boa parcela da população acredita em reencarnações...*” (linhas 26 e 27)  
(D) “*Nas cidades do Ocidente, em especial no Brasil, a doutrina espírita tem grande penetração...*” (linha 30)  
(E) “*Mas alguns aspectos de supostas vidas passadas ainda são desconcertantes para a ciência.*” (linha 51)
- 2 Em relação à ciência, infere-se da leitura do texto que
- (A) todos os cientistas duvidam da existência da reencarnação.  
(B) nenhum cientista se dedica a pesquisar esse assunto.  
(C) todos os fatos alegados como prova da reencarnação são passíveis de serem refutados pela ciência.  
(D) os indícios de vidas passadas, como sinais de nascença e tumores, são provas científicas da reencarnação.  
(A) a xenoglossia é prova definitiva de que a reencarnação é uma realidade.
- 3 De acordo com o texto, a crença em reencarnação
- (A) é recente na história da humanidade.  
(B) é rejeitada por hinduístas e budistas.  
(C) não encontrou espaço no mundo ocidental.  
(D) é antiga e surgiu de forma independente em diferentes culturas.  
(E) apareceu com o surgimento do espiritismo na França do século 19.
- 4 A palavra que, no texto, pode ser substituída por **enraizado/a (s)** sem prejuízo para o significado é
- (A) recorrente (linha 2).  
(B) fértil (linha 19).  
(C) arraigada (linha 19).  
(D) genuínas (linha 13).  
(E) físicos (linha 43).
- 5 O trecho “*Contra todas as expectativas, ...*” (linhas 9 e 10) leva a compreender que
- (A) as provas encontradas por Hulme frustraram os espectadores.  
(B) os achados de Hulme foram de encontro ao que se podia esperar.  
(C) as provas encontradas por Hulme eram falsas.  
(D) o resultado da investigação de Hulme foi ao encontro do que era esperado.  
(E) as descobertas de Hulme estão acima de qualquer suspeita.
- 6 No trecho “*A postura da ciência diante disso tudo é de ceticismo.*” (linha 33), o termo *ceticismo* significa
- (A) crítica.  
(B) indiferença.  
(C) comprometimento.  
(D) certeza.  
(E) dúvida.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO  
EDITAL Nº 031/2018 – UNIFESSPA, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018

- 7 Peter Hulme afirmava ter sido, em vida passada, um/a
- (A) funcionário de bingo.
  - (B) soldado escocês.
  - (C) húngara de 16 anos.
  - (D) capitão escocês.
  - (E) espanhola de 41 anos.
- 8 Há quem acredite que, para comprovar cientificamente a existência da *reencarnação*, a ciência precisaria
- (A) refutar a afirmação de que a alma existe e pode sobreviver à morte do corpo.
  - (B) mostrar que as visões de Peter Hulme eram pura fantasia.
  - (C) provar que as recordações de Swarnlata Mishra eram falsas.
  - (D) mostrar que a correspondência entre ferimentos mortais e sinais físicos nos supostos reencarnados é insatisfatória.
  - (E) comprovar que os casos de *xenoglossia*, como o de Iris Farczády, são verdadeiros.
- 9 Em relação ao aumento de interesse pela reencarnação no mundo ocidental, é correto afirmar que
- (A) decorre do desenvolvimento da cientologia.
  - (B) ocorreu após o surgimento do espiritismo na França.
  - (C) foi ocasionado pela implantação do espiritismo no Brasil.
  - (D) se deu em razão do aumento de crenças em vidas passadas nos EUA.
  - (E) ocorreu em todos os países, uma vez que a reencarnação é vista como algo natural.
- 10 A expressão idiomática *coçando a cabeça*, que aparece no trecho “*deixa pesquisadores coçando a cabeça até hoje*” (linha 26), informa que os cientistas
- (A) continuam duvidando da existência da reencarnação.
  - (B) continuam intrigados com o caso de Swarnlata.
  - (C) consideram impossível comprovar os relatos de Swarnlata.
  - (D) comemoram os resultados das pesquisas sobre reencarnação.
  - (E) ficam surpresos até hoje diante da naturalidade dos relatos de Swarnlata.

LEGISLAÇÃO (CONHECIMENTOS BÁSICOS)

- 11 De acordo com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, a vacância do cargo público dar-se-á por
- (A) I – exoneração; II – demissão; III – readaptação; IV – aposentadoria; V – posse em outro cargo inacumulável; e VI – falecimento.
  - (B) I – exoneração; II – demissão; III – promoção – IV – readaptação; V – aposentadoria; VI – posse em outro cargo inacumulável; e VII – falecimento.
  - (C) I – exoneração; II – demissão; III – promoção – IV – readaptação; V – posse em outro cargo inacumulável; e VI – falecimento.
  - (D) I – exoneração; II – demissão; III – promoção – IV – readaptação; V – aposentadoria; e VI – falecimento.
  - (E) I – exoneração; II – demissão; III – promoção – IV – readaptação; V – aposentadoria; e VI – posse em outro cargo inacumulável.
- 12 Contempla a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, que a remoção é o deslocamento do servidor,
- (A) a pedido, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.
  - (B) de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.
  - (C) a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.
  - (D) a pedido ou de ofício, não obrigatoriamente no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.
  - (E) a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com mudança de sede, exclusivamente.

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO**  
**EDITAL Nº 031/2018 – UNIFESSPA, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018**

- 13 Em conformidade com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, além da licença por motivo de doença em pessoa da família e para tratar de interesse particulares, outras licenças também poderão ser concedidas ao servidor:
- (A) I – por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; II – para o serviço militar; III – para atividade política; IV – para capacitação; e V – para desempenho de mandato classista.
  - (B) I – por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; II – para atividade política; III – para capacitação; e IV – para desempenho de mandato classista.
  - (C) I – por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; II – para o serviço militar; III – para capacitação; e IV – para desempenho de mandato classista.
  - (D) I – por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; II – para o serviço militar; III – para atividade política; e IV – para desempenho de mandato classista.
  - (E) I – por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; II – para o serviço militar; III – para atividade política; IV – para capacitação.
- 14 Além de ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato, e retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição, conforme determina a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, existem outras proibições, tais como:
- (A) I – recusar fé a documentos públicos; II – opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço; III – promover manifestação de apreço ou desapeço no recinto da repartição; IV – cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado; V – coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político; VI – manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil; VII - guardar sigilo sobre assunto da repartição.
  - (B) I – recusar fé a documentos públicos; II – opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço; III – promover manifestação de apreço ou desapeço no recinto da repartição; IV – cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado; V – coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político; VI – cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; VII – valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública, dentre outros.
  - (C) I – recusar fé a documentos públicos; II – opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço; III – promover manifestação de apreço ou desapeço no recinto da repartição; IV – cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado; V – coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político; VI – manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil; VII – valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública, dentre outros.
  - (D) I – recusar fé a documentos públicos; II – opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço; III – promover manifestação de apreço ou desapeço no recinto da repartição; IV – cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado; V – representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder; VI – manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil; VII – valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública, dentre outros.
  - (E) I – recusar fé a documentos públicos; II – opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço; III – promover manifestação de apreço ou desapeço no recinto da repartição; IV – levar as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo ao conhecimento da autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, ao conhecimento de outra autoridade competente para apuração; V – coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político; VI – manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil; VII – valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública, dentre outros.

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO**  
**EDITAL Nº 031/2018 – UNIFESSPA, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018**

- 15 Em conformidade com o Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, que aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, é vedado ao servidor público:
- (A) I – O uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influência, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem; II – prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependam; III – ser, em função de seu espírito de solidariedade, conivente com erro ou infração a este Código de Ética ou ao Código de Ética de sua profissão; IV – usar de artifícios para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material; deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu mister; V – permitir que perseguições, simpatias, antipatias, caprichos, paixões ou interesse de ordem pessoal interfiram no trato com o público, com os jurisdicionados administrativos ou com colegas hierarquicamente superiores ou inferiores; VI – pleitear, solicitar, provocar, sugerir ou receber qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão, doação ou vantagem de qualquer espécie, para si, familiares ou qualquer pessoa, para o cumprimento da sua missão ou para influenciar outro servidor para o mesmo fim; VII – alterar ou deturpar o teor de documentos que deva encaminhar para providências; VIII – iludir ou tentar iludir qualquer pessoa que necessite do atendimento em serviços públicos; dentre outros.
- (B) I – O uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influência, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem; II – prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependam; III – ser, em função de seu espírito de solidariedade, conivente com erro ou infração a este Código de Ética ou ao Código de Ética de sua profissão; IV – usar de artifícios para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material; deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu mister; V – permitir que perseguições, simpatias, antipatias, caprichos, paixões ou interesse de ordem pessoal interfiram no trato com o público, com os jurisdicionados administrativos ou com colegas hierarquicamente superiores ou inferiores; VI – pleitear, solicitar, provocar, sugerir ou receber qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão, doação ou vantagem de qualquer espécie, para si, familiares ou qualquer pessoa, para o cumprimento da sua missão ou para influenciar outro servidor para o mesmo fim; VII – exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstenendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos.
- (C) I – O uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influência, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem; II – prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependam; III – ser, em função de seu espírito de solidariedade, conivente com erro ou infração a este Código de Ética ou ao Código de Ética de sua profissão; IV – usar de artifícios para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material; deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu mister; V – permitir que perseguições, simpatias, antipatias, caprichos, paixões ou interesse de ordem pessoal interfiram no trato com o público, com os jurisdicionados administrativos ou com colegas hierarquicamente superiores ou inferiores; VI – pleitear, solicitar, provocar, sugerir ou receber qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão, doação ou vantagem de qualquer espécie, para si, familiares ou qualquer pessoa, para o cumprimento da sua missão ou para influenciar outro servidor para o mesmo fim; VII – abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei.
- (D) I – O uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influência, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem; II – prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependam; III – ser, em função de seu espírito de solidariedade, conivente com erro ou infração a este Código de Ética ou ao Código de Ética de sua profissão; IV – usar de artifícios para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material; deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu mister; V – permitir que perseguições, simpatias, antipatias, caprichos, paixões ou interesse de ordem pessoal interfiram no trato com o público, com os jurisdicionados administrativos ou com colegas hierarquicamente superiores ou inferiores; VI – pleitear, solicitar, provocar, sugerir ou receber qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão, doação ou vantagem de qualquer espécie, para si, familiares ou qualquer pessoa, para o cumprimento da sua missão ou para influenciar outro servidor para o mesmo fim; VII – cumprir, de acordo com as normas do serviço e as instruções superiores, as tarefas de seu cargo ou função, tanto quanto possível, com critério, segurança e rapidez, mantendo tudo sempre em boa ordem.
- (E) I – O uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influência, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem; II – prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependam; III – ser, em função de seu espírito de solidariedade, conivente com erro ou infração a este Código de Ética ou ao Código de Ética de sua profissão; IV – usar de artifícios para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO**  
**EDITAL Nº 031/2018 – UNIFESSPA, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018**

material; deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu mister; V – permitir que perseguições, simpatias, antipatias, caprichos, paixões ou interesse de ordem pessoal interfiram no trato com o público, com os jurisdicionados administrativos ou com colegas hierarquicamente superiores ou inferiores; VI – pleitear, solicitar, provocar, sugerir ou receber qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão, doação ou vantagem de qualquer espécie, para si, familiares ou qualquer pessoa, para o cumprimento da sua missão ou para influenciar outro servidor para o mesmo fim; VII – resistir a todas as pressões de superiores hierárquicos, de contratantes, interessados e outros que visem obter quaisquer favores, benesses ou vantagens indevidas em decorrência de ações imorais, ilegais ou aéticas e denunciá-las.

- 16 Além da advertência, suspensão e demissão, de acordo com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, existem outras penalidades disciplinares, como:
- (A) I – cassação de aposentadoria ou disponibilidade; e II – destituição de cargo em comissão.
  - (B) I – destituição de cargo em comissão; e II – destituição de função comissionada.
  - (C) I – cassação de aposentadoria ou disponibilidade; e II – destituição de função comissionada.
  - (D) I – cassação de aposentadoria ou disponibilidade.
  - (E) I – cassação de aposentadoria ou disponibilidade; II – destituição de cargo em comissão; e III – destituição de função comissionada.
- 17 O Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Para fins deste Decreto, são instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal:
- (A) I – plano bianual de capacitação; II – relatório de execução do plano anual de capacitação; tão-somente.
  - (B) I – plano trianual de capacitação; II – relatório de execução do plano anual de capacitação; e III – sistema de gestão por competência.
  - (C) I – plano semestral de capacitação; II – relatório de execução do plano anual de capacitação; e III – sistema de gestão por competência.
  - (D) I – plano anual de capacitação; II – relatório de execução do plano anual de capacitação; e III – sistema de gestão por competência.
  - (E) I – plano mensal de capacitação; II – relatório de execução do plano anual de capacitação; e III – sistema de gestão por competência.
- 18 O Decreto nº 5.825, de 29 de junho de 2006, estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, instituído pela Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Dentre outras finalidades, este Decreto contempla o Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento, que terá por objetivo:
- (A) I – contribuir para o desenvolvimento do servidor, como profissional e cidadão; e II – capacitar o servidor para o desenvolvimento de ações de gestão pública, somente.
  - (B) I – contribuir para o desenvolvimento do servidor, como profissional e cidadão; e II – capacitar o servidor para o exercício de atividade de forma articulada com a função social da IFE, somente.
  - (C) I – contribuir para o desenvolvimento do servidor, como profissional e cidadão; II – capacitar o servidor para o desenvolvimento de ações de gestão pública; e III – capacitar o servidor para o exercício de atividade de forma articulada com a função social da IFE.
  - (D) I – capacitar o servidor para o desenvolvimento de ações de gestão pública; e II – capacitar o servidor para o exercício de atividade de forma articulada com a função social da IFE, somente.
  - (E) I – capacitar o servidor para o desenvolvimento de ações de gestão pública; e II – capacitar o servidor técnico-administrativo, docente, discente e integrantes da comunidade circunvizinha, para o exercício de atividade de forma articulada com a função social da IFE.

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO**  
**EDITAL Nº 031/2018 – UNIFESSPA, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018**

- 19 De acordo com a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências, para todos os efeitos desta Lei, aplicam-se os seguintes conceitos:
- (A) I – plano de carreira: conjunto de princípios, diretrizes e normas que regulam o desenvolvimento profissional dos servidores titulares de cargos que integram determinada carreira, constituindo-se em instrumento de gestão do órgão ou entidade; II – nível de classificação: conjunto de cargos de mesma hierarquia, classificados a partir do requisito de escolaridade, nível de responsabilidade, conhecimentos, habilidades específicas, formação especializada, experiência, risco e esforço físico para o desempenho de suas atribuições; III – padrão de vencimento: posição do servidor na escala de vencimento da carreira em função do nível de capacitação, cargo e nível de classificação; IV – cargo: conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que são cometidas a um servidor; V – nível de capacitação: posição do servidor na Matriz Hierárquica dos Padrões de Vencimento em decorrência da capacitação profissional para o exercício das atividades do cargo ocupado, realizada após o ingresso; e VI – ambiente organizacional: área específica de atuação do servidor, integrada por atividades afins ou complementares, organizada a partir das necessidades institucionais e que orienta a política de desenvolvimento de pessoal, exclusivamente.
- (B) I – plano de carreira: conjunto de princípios, diretrizes e normas que regulam o desenvolvimento profissional dos servidores titulares de cargos que integram determinada carreira, constituindo-se em instrumento de gestão do órgão ou entidade; II – nível de classificação: conjunto de cargos de mesma hierarquia, classificados a partir do requisito de escolaridade, nível de responsabilidade, conhecimentos, habilidades específicas, formação especializada, experiência, risco e esforço físico para o desempenho de suas atribuições; III – padrão de vencimento: posição do servidor na escala de vencimento da carreira em função do nível de capacitação, cargo e nível de classificação; IV – cargo: conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que são cometidas a um servidor; V – nível de capacitação: posição do servidor na Matriz Hierárquica dos Padrões de Vencimento em decorrência da capacitação profissional para o exercício das atividades do cargo ocupado, realizada após o ingresso; VI – ambiente organizacional: área específica de atuação do servidor, integrada por atividades afins ou complementares, organizada a partir das necessidades institucionais e que orienta a política de desenvolvimento de pessoal; e VII – usuários: pessoas ou coletividades internas ou externas à Instituição Federal de Ensino que usufruem direta ou indiretamente dos serviços por ela prestados.
- (C) I – plano de carreira: conjunto de princípios, diretrizes e normas que regulam o desenvolvimento profissional dos servidores titulares de cargos que integram determinada carreira, constituindo-se em instrumento de gestão do órgão ou entidade; II – nível de classificação: conjunto de cargos de mesma hierarquia, classificados a partir do requisito de escolaridade, nível de responsabilidade, conhecimentos, habilidades específicas, formação especializada, experiência, risco e esforço físico para o desempenho de suas atribuições; III – padrão de vencimento: posição do servidor na escala de vencimento da carreira em função do nível de capacitação, cargo e nível de classificação; IV – cargo: conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que são cometidas a um servidor; V – nível de capacitação: posição do servidor na Matriz Hierárquica dos Padrões de Vencimento em decorrência da capacitação profissional para o exercício das atividades do cargo ocupado, realizada após o ingresso; e VI – usuários: pessoas ou coletividades internas ou externas à Instituição Federal de Ensino que usufruem direta ou indiretamente dos serviços por ela prestados, exclusivamente.
- (D) I – plano de carreira: conjunto de princípios, diretrizes e normas que regulam o desenvolvimento profissional dos servidores titulares de cargos que integram determinada carreira, constituindo-se em instrumento de gestão do órgão ou entidade; II – nível de classificação: conjunto de cargos de mesma hierarquia, classificados a partir do requisito de escolaridade, nível de responsabilidade, conhecimentos, habilidades específicas, formação especializada, experiência, risco e esforço físico para o desempenho de suas atribuições; III – cargo: conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que são cometidas a um servidor; IV – nível de capacitação: posição do servidor na Matriz Hierárquica dos Padrões de Vencimento em decorrência da capacitação profissional para o exercício das atividades do cargo ocupado, realizada após o ingresso; V – ambiente organizacional: área específica de atuação do servidor, integrada por atividades afins ou complementares, organizada a partir das necessidades institucionais e que orienta a política de desenvolvimento de pessoal; e VI – usuários: pessoas ou coletividades internas ou externas à Instituição Federal de Ensino que usufruem direta ou indiretamente dos serviços por ela prestados, exclusivamente.
- (E) I – plano de carreira: conjunto de princípios, diretrizes e normas que regulam o desenvolvimento profissional dos servidores titulares de cargos que integram determinada carreira, constituindo-se em instrumento de gestão do órgão ou entidade; II – padrão de vencimento: posição do servidor na escala de vencimento da carreira em função do nível de capacitação, cargo e nível de classificação; III – cargo: conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que são cometidas a um servidor; IV – nível de capacitação: posição do servidor na Matriz Hierárquica dos Padrões de Vencimento em decorrência da capacitação profissional para o exercício das atividades do cargo ocupado, realizada após o ingresso; V –



**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO**  
**EDITAL Nº 031/2018 – UNIFESSPA, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018**

ambiente organizacional: área específica de atuação do servidor, integrada por atividades afins ou complementares, organizada a partir das necessidades institucionais e que orienta a política de desenvolvimento de pessoal; e VI – usuários: pessoas ou coletividades internas ou externas à Instituição Federal de Ensino que usufruem direta ou indiretamente dos serviços por ela prestados, exclusivamente.

- 20 O Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017, dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País e institui a Carta de Serviços ao Usuário. No atendimento aos usuários dos serviços públicos, os órgãos e as entidades do Poder Executivo federal observarão as seguintes práticas:
- (A) I – gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania, nos termos da Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996; II – padronização de procedimentos referentes à utilização de formulários, guias e outros documentos congêneres; e III – vedação de recusa de recebimento de requerimentos pelos serviços de protocolo, exceto quando o órgão ou a entidade for manifestamente incompetente.
  - (B) I – gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania, nos termos da Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996; e II – padronização de procedimentos referentes à utilização de formulários, guias e outros documentos, exclusivamente.
  - (C) I – gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania, nos termos da Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996; e II – vedação de recusa de recebimento de requerimentos pelos serviços de protocolo, exceto quando o órgão ou a entidade for manifestamente incompetente, exclusivamente.
  - (D) I – padronização de procedimentos referentes à utilização de formulários, guias e outros documentos; e II – vedação de recusa de recebimento de requerimentos pelos serviços de protocolo, exceto quando o órgão ou a entidade for manifestamente incompetente, exclusivamente.
  - (E) I – gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania, nos termos da Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996; II – sem a necessidade de padronização de procedimentos referentes à utilização de formulários, guias e outros documentos; e III – vedação de recusa de recebimento de requerimentos pelos serviços de protocolo, exceto quando o órgão ou a entidade for manifestamente incompetente.

### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 21 “Nenhum enunciado em geral pode ser atribuído apenas ao locutor: ele é produto da interação dos interlocutores e, num sentido mais amplo, o produto de toda esta situação social complexa, em que ele surgiu”  
(Mikhail Bakhtin, apud Todorov, 1981, p. 50).

Sobre a concepção interacional (dialógica) do texto, segundo o teórico russo Mikhail Bakhtin, é correto afirmar:

- (A) A leitura é a captação das ideias do autor. Por isso, dispensa as experiências e os conhecimentos do leitor para gerar sentido.
- (B) A leitura é uma atividade que exige do leitor o foco no texto, uma vez que tudo está dito nas palavras e estruturas textuais.
- (C) O texto é produto da codificação de um emissor a ser decodificado por um receptor.
- (D) Para a produção de sentido, autor e leitor são sujeitos ativos no suporte textual, são atores que se constroem e são construídos no texto, considerado o próprio lugar da interação.
- (E) A leitura é a representação do pensamento de um sujeito movido por suas intenções.

- 22 “(...) é na totalidade da experiência considerada, preenchida e esquecida que cada pessoa é verdadeiramente diferente das outras no mundo. Nenhuma pessoa vê os mesmos eventos do mesmo modo em sua vida”  
(Ray Bradbury, 1990, p. 53).

A frase do escritor norte-americano Ray Bradbury expressa um dos sistemas de conhecimento para o processamento textual. Trata-se do

- (A) conhecimento linguístico, que abrange as referências gramatical e lexical fundamentais para a produção de sentido.
- (B) conhecimento enciclopédico, que se refere a informações gerais sobre o mundo, bem como a vivências pessoais no tempo e no espaço.
- (C) conhecimento teórico, que engloba toda a base de estudos científicos adquiridos pelo indivíduo.
- (D) conhecimento filosófico, que traduz as diferentes linhas de pensamento construídas ao longo da história da humanidade.
- (E) conhecimento empírico, que se define pela experimentação científica para a comprovação de fatos especulativos.

- 23 “Para mim prima é mesmo que irmã, a gente respeita, mas Bela, sei lá!, tinha uns rompantes que até me assustavam. Naquela noite, por exemplo. Eu me embalava distraídissimo na rede. Desde menino que durmo pouco, a Bela estava careca de saber e quando menos espero quem é que vejo diante de mim? A Bela. A Bela dormia de pijama, minha tia achava camisa indecente, que pijama protege, a menina pode se mexer à vontade, frioleiras de velha. Pois a Bela me aparece apenas de blusa de pijama! Não entendi, francamente. E se não estivesse como estava acordado, poderia até imaginar que sonhava: a Bela ali de pijama decepado. Só para provocar como me provocou, que logo fiquei agitado, me virando e revirando na rede, e a Bela feita uma estátua, nem uma palavra dizia, à espera eu acho de atitude minha, mas cadê coragem?, que conforme disse prima é irmã, e de irmã não se olha coxa, não se olha bunda, irmã pode ficar pelada que a gente nem enxerga peitinho, cabelinho, nada”

(Haroldo Maranhão, 1986, p. 7).

A cena descrita pelo escritor Haroldo Maranhão carrega inferências definidoras de um contexto. Sobre tal elemento da comunicação textual, é correto afirmar:

- (A) O contexto estabelece ligações, mas não permite o preenchimento de lacunas no texto.  
(B) Os fatores contextuais, ainda que consistentes, não alteram sentidos.  
(C) O contexto é um conjunto de suposições, baseadas nos saberes dos interlocutores, mobilizadas para a interpretação de um texto.  
(D) O contexto dispensa o conhecimento de mundo porque a produção de sentido está diretamente ligada ao léxico e à gramática da língua.  
(E) Ao contexto não cabe função relevante no processo interacional da comunicação porque um texto se constrói no corpo das estruturas gramaticais.
- 24 “E agora, José? A festa acabou? Já não há mais PT? Não, José, de tudo isso fica uma grande lição: não é a direita que inviabiliza a esquerda. Esta tem sido vítima de sua própria incoerência, inclusive quando se elege por um programa de mudanças e adota uma política econômica de ajuste fiscal que trava o desenvolvimento, restringindo investimentos públicos e privados”

(Frei Betto, no jornal Folha de S. Paulo, em julho de 2005).

Acima, Frei Betto retoma um texto clássico da literatura brasileira para discorrer criticamente sobre as esquerdas, o PT e um de seus líderes. O fenômeno textual presente no trecho do artigo referido é a

- (A) verossimilhança.  
(B) intertextualidade.  
(C) referenciação.  
(D) sequenciação.  
(E) polifonia.
- 25 “Língua e gramática não se equivalem e, por isso, o ensino de línguas não pode constituir-se apenas de lições de gramática.”

Com base na afirmação da professora Irandé Antunes, considere as frases abaixo.

- I Todo falante, para ser eficaz, precisa saber, em cada situação, que tipo de vocabulário empregar e deve procurar, ainda, reconhecer os diferentes contextos de enunciação.  
II A eficácia do discurso requer também que se saiba que relações estabelecer, que integrações operar, de maneira a garantir a unidade, a harmonia ou a coerência.  
III Gramática e língua são fundamentais e interdependentes no processo da comunicação. Sem gramática, não há língua.

Está(ão) correto(s)

- (A) I e II, somente.  
(B) I, somente.  
(C) II, somente.  
(D) I e III, somente.  
(E) III, somente.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO  
EDITAL Nº 031/2018 – UNIFESSPA, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018

- 26 “Apenas 53 candidatos que fizeram o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) no ano passado obtiveram nota mil na Redação. Em relação a 2014, a queda é de quase 80%. Os resultados individuais dos estudantes foram divulgados nesta quinta-feira (18), pelo Ministério da Educação (MEC). Em 2014, 250 candidatos conseguiram nota mil. Em 2015, foram 104, e em 2016, 77. Para Maria Inês Fini, presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), não se pode comparar os dados. “As populações que fazem o exame são totalmente diferentes”

(Publicado no portal LeiaJá).

Nos dois parágrafos acima, é possível identificar o gênero textual jornalístico denominado

- (A) artigo.
- (B) crônica.
- (C) notícia.
- (D) coluna.
- (E) editorial.

- 27 “Os meios de comunicação defendem interesses, cobram providências, criticam instituições. Posicionam-se diante dos leitores e das autoridades. Dada a importância de que se revestem, alguns textos publicados são escritos em linguagem cuidada, em língua de terno e gravata. Erros podem custar a cabeça do autor. Não por acaso, profissionais mais velhos e experientes, conhecedores da política interna da casa, respondem pela editoria de Opinião”

(Dad Squarisi e Arlete Salvador, 2012, p. 76).

As autoras falam, acima, do gênero textual jornalístico denominado

- (A) notícia.
- (B) coluna.
- (C) artigo.
- (D) editorial.
- (E) reportagem especial.

- 28 “Minha mulher e eu temos o segredo para fazer um casamento durar. Duas vezes por semana, vamos a um ótimo restaurante, com uma comida gostosa, uma boa bebida e um bom companheirismo. Ela vai às terças-feiras e eu, às quintas. Nós também dormimos em camas separadas: a dela é em Fortaleza e a minha, em São Paulo. Eu levo minha mulher a todos os lugares, mas ela sempre acha o caminho de volta. Perguntei a ela onde ela gostaria de ir no nosso aniversário de casamento. ‘Em algum lugar que eu não tenha ido há muito tempo!’, ela disse. Então, sugeri a cozinha. Nós sempre andamos de mãos dadas. Se eu soltar, ela vai às compras! Lembrem-se: o casamento é a causa número 1 para o divórcio. Estatisticamente, 100% dos divórcios começam com o casamento.”

O texto acima, de Luis Fernando Veríssimo, publicado no jornal O Estado de S. Paulo, é uma crônica porque

- (A) apresenta informações reais sobre as dificuldades de relacionamento entre duas pessoas, obtidas por meio de entrevistas, com estilo literário.
- (B) relata o drama conjugal de maneira clara, objetiva, concisa e sem qualquer juízo de valor.
- (C) aborda questões da vida cotidiana nas páginas de um jornal impresso generalista diário com leveza, humor e um toque literário.
- (D) discute as relações afetivo-conjugais conforme os estudos mais recentes sobre o casamento.
- (E) propõe um debate sobre os relacionamentos humanos para atender às exigências da linha editorial do jornal.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO  
EDITAL Nº 031/2018 – UNIFESSPA, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018

- 29 O Manual da Folha de S. Paulo define assim o nariz de cera: “Parágrafo introdutório que retarda a entrada no assunto específico do texto. É sinal de prolixidade incompatível com jornalismo”. Leia o texto abaixo, escrito com nariz de cera.

“A astronomia já viveu grandes revoluções em sua história. Das esferas de cristal, que sustentavam os astros em seus postos fixos, à revolução de Nicolau Copérnico (1473-1543) e às elipses de Johannes Kepler (1571-1630), muitos séculos de observação foram necessários para mudar a imagem do céu. O século 20 não poderia fugir à regra. Uma descoberta anunciada na semana passada pela revista britânica Nature confirma o padrão. Astrônomos do Observatório Austral Europeu (ESO, na sigla em inglês) detectaram o primeiro planeta fora do Sistema Solar”

(Publicado no jornal O Estado de S. Paulo).

É correto afirmar que o texto fere o princípio da

- (A) precisão.
- (B) concisão.
- (C) objetividade.
- (D) correção.
- (E) simplicidade.

- 30 Em “A arte da reportagem, volume 1” (Igor Fuser, 1996), o apresentador da obra, Eugênio Bucci, escreve que “a reportagem tem a necessária pretensão de iluminar o significado, de apontar uma direção acima do caos dos eventos cotidianos”. Para alcançar esse objetivo, o repórter deve obedecer a determinadas regras. Quanto a essas regras, analise os itens seguintes.

- I Entender o que tem a narrar.
- II Apresentar, como na literatura, ações e sujeitos fictícios que amplifiquem a dimensão das histórias.
- III Ordenar o caos de informações que recebe de diferentes fontes.
- IV Encadear os fatos de maneira lógica e coerente.
- V Construir textos com recursos estilísticos capazes de seduzir o leitor.

Estão corretos

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, II, III, IV e V.
- (C) I, II, IV e V, somente.
- (D) II, III, IV e V, somente.
- (E) I, II e III, somente.

- 31 O presidente Michel Temer concedeu entrevista coletiva a jornalistas, em Moscou, na Rússia, e afirmou que a crise política não atrapalha o avanço econômico do Brasil. Ele citou o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) após dois anos de queda. “Tanto não atrapalha que vocês vejam que neste primeiro trimestre houve um aumento de 1% no PIB e os indicadores são todos no sentido de que este aumento vai continuar”, disse o presidente, após um seminário de captação de investimentos russos para o Brasil.

(Fonte: EBC, Agência Brasil, 20/06/2017).

Em jornalismo, entrevista coletiva é aquela em que a fonte fala

- (A) apenas para um jornalista.
- (B) para vários jornalistas de uma mesma empresa.
- (C) para os jornalistas em off.
- (D) para vários jornalistas de empresas e veículos diferentes e admite perguntas.
- (E) para vários jornalistas de empresas e veículos diferentes e não admite perguntas.

- 32 “Se a notícia é o gênero básico do jornalismo, a reportagem é o seu gênero nobre, o gênero jornalístico por excelência. O principal objetivo de uma reportagem é informar com profundidade e exaustividade, contando uma história”

(Jorge Pedro Sousa, 2001, p. 259).

Com base no texto acima, é correto afirmar:

- (A) A reportagem é apenas uma notícia de tamanho grande.
- (B) A reportagem aprofunda histórias fictícias para conquistar o leitor.
- (C) A reportagem destaca informações, sem preocupação com as contextualizações.
- (D) Antes de informar, a reportagem deve opinar e emocionar.
- (E) A reportagem contextualiza e destaca os aspectos humanos.

- 33 “Somos uma sociedade sufocada por palavras desnecessárias, construções circulares, afetações pomposas e jargões sem nenhum sentido. (...) Porém, o segredo da boa escrita é despir cada frase até deixá-la apenas com seus componentes essenciais”

(William Zinsser, 2006, p.19).

Sobre o conceito do escritor William Zinsser, considere as afirmativas abaixo.

- I A literatura acadêmica é curta e grossa no capítulo em que ensina a escrever uma notícia. O texto, pregam os teóricos, deve começar respondendo, logo de cara, a seis perguntas fundamentais: O quê? Quem? Quando? Onde? Como? Por quê? Em jornais, rádios, televisões e na novíssima internet, as notícias são apresentadas nesse formato.
- II Enxugue o texto. Em jargão jornalístico, enxugar significa diminuir, cortar, mandar pras cucuias palavras e informações desnecessárias. Comece agora. Você ignorou a orientação para restringir-se a duas linhas? Passe a tesoura sem dó nem piedade.
- III Faça uma introdução ao assunto que será relatado já na abertura do texto. Use o máximo de informações possíveis para orientar o leitor sobre o fato que será informado. Faça-o com estilo literário, recorrendo ao máximo de palavras possível.
- IV Evite dividir o texto em partes (unidades, parágrafos). Escreva parágrafos longos, para mostrar ao leitor seu pleno conhecimento sobre o assunto.
- V O leitor só consegue dominar determinado número de palavras antes que seus olhos peçam uma pausa. Se a frase for muito longa, ele se sentirá perdido, sem capacidade de compreender-lhe o completo significado. A frase curta tem duas vantagens. Uma: diminui o número de erros. Com ela, tropeçamos menos nas conjunções, nas vírgulas e nas concordâncias. A outra: torna o texto mais claro.

Estão corretas

- (A) I, II e V, somente.
- (B) II, III, IV e V, somente.
- (C) I, IV e V, somente.
- (D) IV e V, somente.
- (E) I, II e III, somente.

- 34 “Enquanto gênero jornalístico, a notícia é, essencialmente, um pequeno enunciado informativo, um discurso sobre um acontecimento. Representa também informação nova, atual e de interesse geral. É o gênero básico do jornalismo”

(Jorge Pedro Sousa, 2001, p. 231).

Sobre o texto da notícia, é correto afirmar:

- (A) Nas datas, seja detalhista. Por exemplo: “No dia 20 do mês de janeiro do ano de 2016”. Leitores de notícias gostam de pormenores.
- (B) Não precisa começar pelo mais importante. Crie suspense antes de apresentar a informação ao leitor.
- (C) Expresse a opinião do jornal já na abertura do texto. O leitor da notícia deve saber qual a posição do jornal sobre os mais variados assuntos de interesse da sociedade.
- (D) Use termos técnicos sempre que necessário. Decodificar expressões técnicas para facilitar a leitura não é função dos jornalistas.
- (E) Elimine palavras ou expressões desnecessárias: decisão tomada no âmbito da diretoria (decisão da diretoria); trabalho de natureza temporária (trabalho temporário); problema de ordem emocional (problema emocional); curso em nível de pós-graduação (curso de pós-graduação).

- 35 “Lide – Palavra aportuguesada do inglês ‘lead’, conduzir, liderar. O jornalismo usa o termo para resumir a função do primeiro parágrafo: introduzir o leitor no texto e prender sua atenção”

(Manual de Redação do jornal Estado de S. Paulo, organizado e editado por Eduardo Martins).

Sobre o lide, é correto afirmar:

- (A) Deve sintetizar a notícia de modo tão eficaz que o leitor se sinta informado só com a leitura do primeiro parágrafo do texto.
- (B) Apresenta o fato principal depois das importantes informações genéricas, como localização geográfica, horário, ambientação.
- (C) Usa nome, palavra ou expressão pouco familiar à média dos leitores.
- (D) Abusa dos detalhes e da prolixidade para esclarecer o leitor sobre as informações apuradas.
- (E) Usa, preferencialmente, as orações subordinadas, com adjetivos para qualificar as ações do sujeito dos fatos.

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO**  
**EDITAL Nº 031/2018 – UNIFESSPA, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018**

- 36 “O jornalista que for escrever para a TV deve lembrar que estará contando uma história para alguém, como se estivesse conversando com essa pessoa. Com essa ideia na cabeça, fica mais fácil escrever um texto que deve ser assimilado, instantaneamente, por milhões de telespectadores”

(Vera Íris Paternostro, 1999, p. 78).

Com base na afirmação acima, o recurso para melhor se construir o texto jornalístico de TV é a

- (A) singularidade.
  - (B) especificidade.
  - (C) intertextualidade.
  - (D) coloquialidade.
  - (E) interatividade.
- 37 O release é uma das ferramentas mais importantes da assessoria de imprensa. Considerando sua natureza e finalidade, é correto afirmar que se trata de um texto
- (A) opinativo de comunicação interna. Divulga ações da empresa para seus funcionários.
  - (B) opinativo de comunicação externa. Expõe as posições da empresa para a sociedade.
  - (C) informativo de comunicação externa. Funciona como um canal de diálogo com jornalistas e, conseqüentemente, com os leitores dos veículos noticiosos.
  - (D) crítico de comunicação interna. Deve ser redigido pela alta cúpula da empresa.
  - (E) publicitário, sem formatação de notícia, dirigido ao mercado.
- 38 O release tem função específica na comunicação. Na rotina da assessoria de imprensa, o uso dessa ferramenta deve seguir princípios para atingir o máximo de eficiência. Com base nesse pressuposto, é correto afirmar:
- (A) Nem tudo relacionado ao seu cliente é importante para o jornalismo. Isso é uma premissa para qualquer assessor de imprensa perspicaz.
  - (B) Mantenha o foco permanente no assessorado e distribua releases diariamente para as redações. Tudo sobre o seu cliente deve ser divulgado.
  - (C) Envie o mesmo release para todos os veículos. Essa estratégia permite que suas informações atinjam o maior número de plataformas possível.
  - (D) Seja prolixo na construção do texto. As informações mais bem explicadas são as que mais agradam aos jornalistas.
  - (E) Escreva em tom formal. Um release não pode seguir o formato de notícia.
- 39 “Voltando bêbado de uma noite de autógrafos, joguei para o ar setenta e três contos; as folhas se espalharam por todo o quarto. No dia seguinte a dona da pensão jogou fora a papelada suja de vômito. Quando acordei corri à lata de lixo, mas já era tarde; o caminhão tinha passado. Na sarjeta ainda encontrei o começo de uma história. Descrevia dores muito íntimas. Deixei ali mesmo, com a esperança de que algum curioso a lesse.”
- O trecho acima, do conto “Os contistas”, do escritor Moacyr Scliar, revela a característica do texto literário denominada prosa
- (A) realista.
  - (B) intimista.
  - (C) naturalista.
  - (D) parnasiana.
  - (E) historiográfica.
- 40 A filha de 15 anos mostrou para a mãe, uma senhora de 55, a mensagem que recebeu pelo Twitter de um amigo de escola: “Axo q estou gostando mto d vc”. Indignada, a senhora criticou o candidato a namorado: “Esse rapaz precisa estudar português”. Considerando a situação, é correto afirmar:
- (A) A mãe está certa. O jovem deve estudar mais para evitar erros tão graves de ortografia no Twitter.
  - (B) O texto está adequado às condições de produção, haja vista que segue os padrões de escrita das redes sociais.
  - (C) O texto está incompreensível, porque fere a norma culta da língua.
  - (D) A comunicação fica prejudicada por causa do mau uso da língua.
  - (E) O texto expressa a inabilidade do autor com a palavra escrita.

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO**  
**EDITAL Nº 031/2018 – UNIFESSPA, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018**

- 41 Segundo o linguista Luiz Antonio Marcuschi, hipertextualidade é a escrita eletrônica não sequencial e não linear. No contexto da comunicação digital, é correto afirmar que o hipertexto
- (A) desfavorece o leitor. Ao oferecer vários caminhos para a leitura, confunde os conceitos cristalizados tradicionalmente.
  - (B) é uma forma de produção da escrita que deforma conteúdos por abrir muitas possibilidades de acesso a outros textos.
  - (C) exige do leitor um maior grau de conhecimentos prévios, por isso deve ser evitado pelos estudantes nas suas pesquisas escolares.
  - (D) proporciona o acesso a informações específicas, seguras e verdadeiras, sem sequência linear, em sites confiáveis de pesquisa na internet.
  - (E) impede o leitor de escolher seu próprio percurso de leitura, porque foge da linearidade.

- 42 “Parônimo, adj.,s.m. Gram. Ling. 1. Diz-se de ou cada um dos dois ou mais vocábulos que são quase homônimos, diferenciando-se ligeiramente na grafia e na pronúncia”

(Dicionário Houaiss, 2009, p. 1437).

Considerando-se a ocorrência da paronímia, marque a frase correta.

- (A) A Justiça Federal do Paraná afirmou que é falso um mandato de prisão contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), supostamente assinado pelo juiz federal Sergio Moro, que circula nas redes sociais e WhatsApp. O “documento” tem erros técnicos e de informação e dá detalhes de como deveria ser feita a “prisão”.
- (B) O professor tem o costume de observar anúncios em placas espalhadas pelas cidades. Desde que começou, já registrou mais de duzentos erros fragrantemente de concordância verbal.
- (C) Cansado da viagem, o marido arreiou na cama de roupa e tudo, sem lançar um olhar para a esposa que o aguardava.
- (D) Depois do incêndio, os bombeiros alertaram os moradores: o perigo de desabamento era eminente.
- (E) A casa tinha quatro cômodos amplos, área de serviço espaçosa e até uma despensa, além da lavanderia.

- 43 “A crase não foi feita para humilhar ninguém”

(Ferreira Gullar, 2011, em artigo no jornal Folha de S. Paulo).

Quanto ao uso da crase, marque a frase correta.

- (A) Ando à procura de boa companhia para um passeio à cavalo.
- (B) Nas férias de 2017, o casal viajou à Bahia. Em 2018, a viagem será à Belém.
- (C) Às segundas e terças-feiras, as aulas começam às 19 horas. De quarta a sábado, às 18 horas.
- (D) Fernando Henrique Cardoso exerceu duas vezes à Presidência da República: de 1994 a 1998 e de 1999 a 2002.
- (E) O professor costuma dizer que não vale à pena comprar briga por questões de pouca relevância.

- 44 O professor Muniz Sodré defende que o jornalista deve ser o "guardião da língua, da escrita e da credibilidade histórica". No jornalismo, erros de ortografia são imperdoáveis. Quanto à ortografia, leia as frases abaixo e marque a que está correta.

- (A) Milhares de expectadores acompanharam a cerimônia de entrega do Oscar, ao vivo, por canais fechados de televisão.
- (B) Uma das frases mais repetidas no universo jurídico é a que afirma que toda regra tem excessão.
- (C) Injuriar, caluniar e defamar outrem são crimes previstos em lei.
- (D) Os grandes centros urbanos brasileiros enfrentam um grave problema: as pichações em prédios públicos.
- (E) As paralizações e as greves ficaram de tal modo banalizadas que já não produzem resultados.

- 45 Sobre o uso dos verbos pronominais, marque a frase correta.

- (A) O governador do Estado reuniu com os secretários para discutir um plano de combate à criminalidade.
- (B) Na Idade Média, guerreiros a serviço dos reis digladiavam ferozmente na disputa por territórios.
- (C) Depois do acordo entre as partes, os dias sucederam calmos no Congresso Nacional.
- (D) Já adulto, o filho condeou pelo tratamento rude que recebeu ao longo da adolescência.
- (E) Na sessão especial da Câmara dos Deputados, as reuniões para tratar da crise econômica se encerraram no início da madrugada.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO  
EDITAL Nº 031/2018 – UNIFESSPA, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018

46 Ao mesmo tempo em que se impõem com linguagem específica para suas diferentes plataformas, as redes sociais abriram caminho para distorções gritantes da norma culta da língua portuguesa. Quanto à correção gramatical do ponto de vista da norma culta da Língua Portuguesa, analise os itens seguintes.

- I A diminuição das vendas no comércio não tem nada a haver com a suspensão do crédito consignado pelo Banco Central.
- II A transferência do atacante Neymar para o Barcelona foi uma grande perda para o time do Santos.
- III A fim de conseguir uma vaga na universidade, os alunos formaram um grupo de estudos de física e química.
- IV As empresas de tecnologia móvel vão está lançando novos produtos até o final do mês.
- V Há muitos casos de febre amarela em São Paulo. No ano passado, houveram bem menos registros de ocorrência da doença.

Está(ão) correto(s)

- (A) I, II e III, somente.
- (B) IV, somente.
- (C) I, II e V, somente.
- (D) I, somente.
- (E) III, somente.

47 O relatório deve ser redigido com o máximo de clareza e objetividade. O texto valoriza a informação e dispensa recursos estilísticos. Logo, é correto afirmar:

- (A) O texto do relatório deve ser impessoal e conciso, sem esnobismos estilísticos.
- (B) O relatório admite adjetivação para o fim de expressar juízo de valor sobre o tema abordado.
- (C) O relatório deve recorrer à linguagem conotativa para deixar claros os seus elementos informativos.
- (D) No relatório, as orações subordinadas e ricas em vocabulário genérico garantem a validade documental.
- (E) O relatório deve ser impessoal, ambíguo e eficiente na apresentação dos elementos informativos.

48 “Saltei num instante para cima da laje que pesava sobre meu corpo, meus olhos de início foram de espanto, redondos e parados, olhos de lagarto que abandonando a água imensa tivesse deslizado a barriga numa rocha firme;”

As figuras de linguagem são recursos estilísticos usados na escrita ou na fala para realçar a mensagem, tornando-a mais expressiva. São muito recorrentes nos textos literários. No trecho acima, do romance “Lavoura Arcaica”, de Raduan Nassar, a figura de linguagem que se destaca é a

- (A) metáfora.
- (B) comparação.
- (C) metonímia.
- (D) catacrese.
- (E) perífrase.

49 “Estou contando ao senhor, que carece de um explicado. Pensar mal é fácil, porque esta vida é embrejada. A gente vive, eu acho, é mesmo para se desiludir e desmisturar. A senvergonhice reina, tão leve e leve pertencidamente, que por primeiro não se crê no sincero sem maldade.”

Sobre a fala acima, do personagem Riobaldo no romance “Grande Sertão: Veredas”, de Guimarães Rosa, e à luz dos estudos das variantes linguísticas, é correto afirmar:

- (A) As pessoas sem instrução escolar falam errado e concorrem para a deformação de estruturas fundamentais da língua.
- (B) É preciso saber gramática para falar e escrever bem.
- (C) Só a gramática normativa dá conta da boa formação dos falantes de uma língua.
- (D) Nenhuma língua é falada do mesmo jeito em todos os lugares. Nós somos a língua que falamos. Enxergamos o mundo através da língua.
- (E) Só com o pleno domínio da norma culta haverá eficiência na comunicação.



**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO**  
**EDITAL Nº 031/2018 – UNIFESSPA, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018**

- 50 O software de edição e diagramação de textos mais utilizado por jornais e revistas nos dias de hoje é o
- (A) Word.
  - (B) InDesign.
  - (C) Photoshop.
  - (D) CorelDraw.
  - (E) PowerPoint.